

Maria Onice Payer*
Universidade do Vale do Sapucaí



Résumé : *L'article considère la langue actuelle parlée par les sujets brésiliens qui ont vécu l'histoire de l'immigration et de la nationalisation. Dans ce processus on constate les traces de mémoire historique-discursive matérialisées spécifiquement dans la langue - différemment de celles marquées dans la mémoire du dire et dans la mémoire de l'énoncé. On y considère la langue comme "lieu de mémoire". Les traces de la mémoire fonctionnent dans des processus d'identification du sujet dans son rapport à la langue: dans l'ironie, l'imitation, l'excès de correction, la dénégation, le rire, le chant. Ces éléments ont une valeur discursive et posent des questions pour le travail sur la langue dans les espaces institutionnels. La réflexion considère des possibilités de développement d'un travail sur la langue qui donne un statut consistant à un vaste matériel symbolique mis au silence dans l'histoire de la nationalisation, et qui survit d'une façon constitutive comme mémoire dans la langue.*

Mots-clés: *langue, mémoire, immigration, processus d'identification*

Resumo: *O artigo considera a língua atual praticada por sujeitos brasileiros que passaram pela história da imigração e da nacionalização, onde se observam traços da memória histórico-discursiva deste processo materializados na língua especificamente - diferentemente daqueles que se marcam na memória do dizer e na memória dos enunciados. Trabalha-se a língua como "lugar de memória". Os traços de memória na língua funcionam em processos de identificação na relação sujeito/língua: na ironia, na imitação, na ultra-correção, na denegação, no riso e no canto. Estes elementos têm valor discursivo e desafiam o trabalho com a língua em espaços institucionais. A reflexão considera possibilidades de um trabalho sobre a língua que dê estatuto consistente a um vasto material simbólico, silenciado ao longo da história da nacionalização, e que sobrevive de modo constitutivo como memória na língua.*

Palavras-chave: *língua, memória, imigração, processos de identificação*

Abstract: *This paper considers the current language as it is spoken by those Brazilians who undertook the immigration and nationalization process, where vestiges of the historic-discursive memory of this process are observed as being materialized specifically in the language - differently from those aspects of the memory which are marked by*

the discursive memory and enunciation memory. The language here is view as “place of memory”. The vestige (trace) of memory in the language works as identification processes in relationship subject/language: irony, imitation, excess of correction, denial, laugh, sing. These elements have the discursive value and challenge the current work which considers the language as a defined characteristic without considering the above mentioned characteristics of memory. This taught may consider possibilities of a work about language that raises vast symbolic material, which were silenced through the history of nationalization, and survives as part of memory in the language.

Key words: *language, memory, immigration, identification processes*

Exponho aspectos analíticos e teóricos sobre a memória no campo da linguagem, na área do discurso, onde se considera que a memória histórica inscreve-se nos discursos, nos enunciados, constituindo-os, e, como temos observado, também na estrutura das línguas - de línguas específicas. Estudando relação da língua com a memória discursiva da imigração no Brasil, observamos como os *traços de memória da língua* interditada reaparecem no processo de identificação do sujeito com a(s) língua(s). Esta constatação coloca desafios ao trabalho com a língua em espaços institucionais. Procuramos instaurar modos de lidar com esses traços de memória na língua que os contemplem como constitutivos da relação sujeito/língua.

A questão envolve dimensões públicas e particulares da relação dos sujeitos com a(s) língua(s). Se, pelas vias do simbólico, a memória histórica determina certas formações discursivas que funcionam em escalas coletivas como padrões de referências semânticas que constituem os sujeitos, essa memória funciona também na esfera tida como privada ou pessoal pelos sujeitos envolvidos, já em função de processos de silenciamento. Eles produzem efeitos de sentido que têm aparência de pessoais, mas que se constituem, entretanto, também eles, nos lastros da memória coletiva, em uma história que se tece através dos estados nacionais modernos. Identificar o entrecruzamento destas duas esferas, coletiva e pessoal, leva a desvendar o funcionamento de um meticuloso *trabalho da memória*, na articulação, às vezes subterrânea e involuntária, do mnemônico com a palavra. A atenção a esta articulação resulta na impossibilidade de desconsiderarmos o sensível na produção do sujeito de linguagem, das práticas humanas e do próprio conhecimento¹.

Considerando o processo de nacionalização, sobretudo na década de 1930, dos imigrantes do período republicano no Brasil (1880-1830), estudamos como os traços da memória histórica são materializados na língua: tanto em sua estrutura quanto na relação dos sujeitos com as línguas. A história da imigração predispõe a relação sujeito/língua, dada a injunção e o apagamento de línguas. Observamos ainda que a sensibilidade presente nessa delicada relação com as línguas e as formas lingüísticas é componente do sentido. Nesta direção, consideramos desejável e possível estabelecer um estatuto mais consistente à presença de um vasto material “silenciado” ao longo da história brasileira, que sobrevive como memória de línguas apagadas, assim produzindo os seus efeitos no discurso.

1. A nacionalização dos imigrantes e a questão das línguas

Os estudos que deram lugar às presentes reflexões resultam de uma pesquisa sobre relações entre oralidade, escrita e memória, com o foco na memória discursiva da imigração (Payer, 2006). A investigação contou com análises de fatos históricos, tais como a interdição das línguas dos imigrantes no Brasil nas grandes guerras, das condições políticas e ideológicas dessa interdição, em que se localizam discursos nacionalistas diversos sobre a língua. Além de fatos históricos circunstanciados, estudamos também o processo mais amplo de *nacionalização* do imigrante, ao qual o Estado esteve atento e promoveu ações administrativas desde o início do século XX. A “interdição oficial das línguas estrangeiras, no contexto das guerras” - argumento imaginariamente suficiente -, não foi de todo independente, segundo a nossa leitura, do processo mais amplo de nacionalização dos imigrantes, como processo constitutivo do Estado brasileiro, instalado já há mais tempo.

Neste processo ressaltou-se a relação tensa estabelecida entre a língua nacional brasileira e as línguas maternas dos imigrantes. Foi incisivo o investimento do Estado em implantar a língua nacional nas áreas de imigração, com um trabalho minucioso sobre as escolas para o “cultivo” (implantação) da língua portuguesa. Ele foi realizado, entre outros atos oficiais, através da *Campanha da Nacionalização do Ensino Primário* nas regiões de densa imigração.

Apesar destas ações, como se sabe, imigrantes resistem ao abandono da língua materna. E, neste sentido, para quem trabalha sobre a linguagem e o sujeito de linguagem, importa sobretudo observar que a língua apagada neste processo constitui justamente a *língua materna* do sujeito (imigrante), função simbólica crucial na constituição dos sujeitos de linguagem (Rêvuz, 1998). No contexto de imigração em massa, especialmente, temos observado que a língua materna encontra-se imbuída de sentidos e valores relacionados à coletividade, distintos daqueles da língua nacional, implantada e cultivada pelo Estado. Assim, estudar o funcionamento das línguas na história da imigração, fazendo certos deslocamentos teóricos necessários para trabalhá-las relativamente à memória, acabou nos conduzindo a compreender uma necessidade teórica fundamental: a de se discernir entre estas diferentes *dimensões discursivas da linguagem*, que são a língua materna e a língua nacional (Payer, 2006; 2007; 2009).

Portanto, compreendida deste modo, a questão que se coloca na atualidade, ao nosso ver, não é exatamente a do resgate ou preservação das línguas maternas silenciadas. A questão passa por compreender o modo como essas línguas apagadas na história funcionam em processos discursivos atuais.

Nesta direção, cabe compreender os modos de funcionamento da resistência, suas marcas no sujeito. Além da permanência mais integral das línguas (dialetos) dos imigrantes em algumas áreas do país, há também sua presença mais remota, na forma de traços de memória das línguas apagadas, presentes na materialidade da “língua portuguesa” praticada por essa população. E ainda, de forma mais sutil, como temos observado, a língua apagada guarda um lugar no sujeito, como língua “apagada” mesmo, sendo neste lugar que ela significa. A este modo

mais difuso de presença/memória das línguas maternas dos imigrantes temos configurado mais propriamente como objeto de investigação.

Observam-se modos diversos de presença, na materialidade discursiva, das línguas dos imigrantes, em relação à língua nacional, a produzir, na atualidade, certas relações dos sujeitos para com a(s) língua(s). Estas relações vêm constituir, no bojo de amplos processos de subjetivação que se formam no Estado Moderno (Foucault, 1995), um específico modo de identificação e objetivação: seja do sujeito, seja da língua, seja da relação sujeito/língua (Payer, 2009). Estudar a relação entre memória e língua na situação da imigração massiva tem nos permitido compreender como a língua funciona como bem simbólico do Estado, por isso constitutivo dos processos históricos de subjetivação que se dão na sociedade moderna. Temos, pela história, um modo de ser sujeito, falante de uma língua, que tem com esta língua uma relação regrada (ou desregrada), configurada no bojo dos dispositivos disciplinares da racionalidade moderna.

Passamos a considerações sobre a memória discursiva e a memória dos enunciados, para retomar adiante a questão da memória da língua e refletir sobre possibilidades de um trabalho institucional em que a língua seja compreendida em seu estatuto de memória histórico-discursiva.

2. Memória discursiva, memória do enunciado e memória na língua

A compreensão da memória discursiva é trabalhada desde os primórdios da teoria do discurso, e abrange, em suma, “o modo de existência histórica dos enunciados no seio das práticas sociais” (Courtine, 1981), no sentido de algo que “fala antes, em outro lugar, independentemente” (Pêcheux, 1988). A memória do dizer (Orlandi, 1999) funciona requisitando sentidos anteriores de palavras e de discursos, em sua relação às formações discursivas e ideológicas, de modo que façam sentido na enunciação presente. Segundo esta autora, “o fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer, é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso” (idem, p. 32). O discursivo funciona, pois, em relação intrínseca com a memória, na medida em que se diz com base em discursos que nos antecedem circulando na história e na sociedade.

A memória do dizer, constitutiva do sentido, apresenta-se ainda sob outro modo, como “memória do enunciado” (M. Foucault, 1987), enquanto “campo associado de formulações” mediante o qual os enunciados produzem sentidos e efeitos de memória. Este autor observa que o campo associado dos enunciados é condição para a função enunciativa se exercer. Mas se essa memória discursiva, porque é constitutiva do dizer, nem sempre é localizável textualmente, o modo como ela é trabalhada por J.-J. Courtine (1981), mostra como as suas marcas podem ser identificadas na estrutura lingüística mesma dos enunciados. O autor relaciona as observações de Foucault (1987) aos dispositivos de análise da materialidade lingüística, conforme a proposta teórica de Pêcheux (1969; 1975). Courtine (1981) transpõe assim a observação da memória discursiva para o nível do enunciado, analisando as formas de seu aparecimento: como a *supressão* das citações entre um discurso primeiro e um discurso segundo que cita, onde se vê funcionar simultaneamente tanto a memória quanto o

apagamento, e a *recitação* de discursos em retomadas ritualísticas. Na estrutura enunciativa, observa o autor, encontram-se os indícios da memória no discurso, que funcionam também pelo avesso, diríamos, pelas pistas dos apagamentos de sentidos que funcionam nas práticas discursivas.

E se Courtine fala nesses apagamentos de enunciados, E. Orlandi (1992) examina as *formas do silêncio*, teorizando sobre o silenciamento: o silêncio constitutivo próprio ao dizer e o silêncio local, a censura. Um fato que se ressalta na memória discursiva dos imigrantes consiste daquilo que, à luz dessa reflexão, compreendemos como um *processo de silenciamento da língua materna dos imigrantes*, com toda a dimensão simbólica aí investida, relativamente ao fato de que essa língua materna foi suplantada na história pelo português como língua nacional. Nos documentos relativos à nacionalização dos imigrantes, identifica-se o “silêncio local”, a censura, no contexto das guerras. Contudo, de modo amplo, nota-se também um “silêncio constitutivo”, na medida em que o discurso da nacionalidade, por si, já silencia a discursividade dos imigrantes e suas línguas.

Mas é na atualidade, sobretudo, que significam os resquícios do *silenciamento da língua*. Este fato marca-se com regularidade no dizer. A *transformação* do sujeito, coletivamente, de falante de italiano a português é objeto de discurso que se repete nas entrevistas. Tal passagem, com suas injunções e tensões, marca-se como um fato sensível para essa coletividade.

A partir dessa compreensão da memória no dizer, observando-a na linguagem atual, dirigimos a atenção para um modo material específico de aparecimento da memória: a língua. Pelo funcionamento involuntário da memória, na língua, notam-se marcas da passagem do sujeito de italiano a brasileiro, nos mais diversos lugares da estrutura da língua atualmente praticada. Considerando na estrutura lingüística os traços de memória, compreendemos como a memória histórico-discursiva se materializa, além do discursivo, e além dos enunciados, na língua ela mesma, isto é, em formas específicas da língua enquanto transpasse de sistemas - o italiano no português. Memória de uma língua outra enquanto sujeito coletivo, memória de uma língua *na* outra, memória de uma alteridade constitutiva desse sujeito brasileiro. A memória histórico-discursiva apresenta-se já na língua, em estruturas mínimas, como variações sonoras, fonéticas, entoacionais, morfológicas, etc. É neste sentido que pensamos que a língua encontra-se em pleno funcionamento como um “lugar de memória”, como especificaremos.

3. A língua como “lugar de memória”

Neste sentido consideramos a língua, também ela, como um *lugar de memória*, como lugar significativo de reconhecimento da memória, de que falam P. Nora e Le Goff (1994), como veremos, e cuja consideração é de interesse para se alcançar um “trabalho sobre a língua”, lá onde falávamos sobre “ensino de língua”. Como, de resto, em outras situações e instituições em que a questão das línguas se mostre sensível.

Le Goff (1994), ao expor os múltiplos modos de funcionamento e administração da memória nas sociedades históricas, refere-se à distinção, apontada por P. Nora (*apud* Le Goff, *idem*) entre a *memória histórica* - na perspectiva das grandes mitologias coletivas, sob o modelo da rememoração, da memorização, quase confundidas com a história - e a *memória coletiva*, entendida como “o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado” (*Idem*, p. 472). A nova história ganha vigor, conforme o autor, a partir do conhecimento dos “lugares de memória”, como os “lugares topográficos (arquivos, bibliotecas, museus); os lugares monumentais (arquiteturas); os simbólicos (comemorações, peregrinações) e os funcionais (manuais, as autobiografias ou as associações)”. Isso porque, segundo o autor, também “estes memoriais têm a sua história” (*idem*, p. 473). O autor chama a atenção para a importância do que ele considera como verdadeiros lugares de memória:

“não podemos nos esquecer dos verdadeiros lugares de memória, aqueles onde se deve procurar, não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva: ‘Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória’ ” (Le Goff, 1994: 473).

Dentre os arquivos destacados pelo autor como fundamentais para a compreensão da memória coletiva, encontram-se os arquivos orais. Para nós, no Brasil, importa sobremaneira o seu estudo. Conforme se compreende no campo da análise do discurso, o estudo da oralidade é fundamental para a compreensão dos traços da imigração, e também de tantas outras histórias, presentes na constituição do sujeito brasileiro. É desse modo que encontramos a língua em seu pleno funcionamento como “lugar de memória”.

Ocorre que, sobretudo na língua, não se trata de memória imediatamente localizável, voluntária e consciente, impressa em monumentos, pronta para ser “resgatada”. Pois, como dissemos, é comum ao funcionamento da memória no campo da linguagem não se mostrar como tal, uma vez que a memória é, como dissemos, fundamentalmente constitutiva do discurso, da língua e do sujeito. Ela opera sob a forma da evidência dos sentidos, aparecendo também nas suas falhas. Na explicitação dos traços da memória histórica tomados no jogo da língua, enquanto discurso, já investiram fortemente os pesquisadores que instauraram o campo de estudos do discurso. De nossa parte, observando a língua materna de imigrantes no discurso, notando desdobramentos em sua presença, compreendemos que os sujeitos podem encontrar os elementos de memória coletiva, lá onde, como dissemos, ressoam certos efeitos de aparência pessoal, mas que são, também eles, produzidos ao longo do processo de silenciamento que acompanha a história da nacionalização dos imigrantes.

Nessa ausência de positivities, nota-se que na língua a memória funciona de vários modos. De um lado, funciona a *memória constitutiva* na língua do imigrante, presente na sua prática atual da língua. Materialmente presente na estrutura, na sonoridade, nas construções sintáticas, entre outros, os elementos de memória na língua não se expõem plenamente ao sujeito falante, como “alteridade lingüística”, como “outra” língua. Antes, soam para o falante

como evidências da própria linguagem. Este funcionamento se dá, por exemplo, quando os sujeitos dizem que não falam a língua dos antepassados, e que tampouco têm em sua fala as marcas dela, quando, no entanto, elas podem ser identificadas em sua linguagem. De outro lado funciona uma *memória representada* da língua, quando o falante reconhece elementos de alteridade lingüística, em situações onde pode representar elementos da “sua língua” como sendo da ordem de uma alteridade em relação ao português. Que, no entanto, ele fala. Observam-se certas situações de imitação, teatralidade, com representação (cênica) da língua dos antepassados, representada assim como “língua do imigrante”, língua de antigamente, que não teria lugar no presente (Payer, 2006). Além do fato de “falar uma língua” (italiano), também o cantar nessa língua, o riso que a acompanha, a denegação da presença de seus traços, assim como a ultra-correção da língua nacional participam dos processos de identificação dos sujeitos, situados entre a memória e o esquecimento, como marcas, no jogo do funcionamento (atual) da “memória histórica tomada no jogo da língua”, conforme a rica expressão de D. Malidier (2003).

Curiosamente, estes processos também manifestam, pelo avesso, a identificação a um “outro” - estranho que é tão familiar, como observou Freud (1919). Em suma, de modo representado e/ou de modo constitutivo, a memória da(s) língua(s) se insere nos processos de identificação, como um fio que tece o simbólico dos sujeitos em sociedade.

Estudar os diferentes modos de funcionamento da memória nos leva a compreender ainda que, em relação à língua, a memória histórico-discursiva que é *constitutiva* dos sujeitos nem sempre é *representada* como tal. Isso ocorre, entre outros fatores, em função dos saberes que a historiografia torna (ou não) disponíveis ao corpo social, pelas vias de uma escola que é também nacional, ela mesma parte do dispositivo da nacionalidade, conforme a racionalidade moderna. Mas também, por outro lado, esse funcionamento não deixa de operar na esfera do recalque, no sentido de que fatos vividos não foram simbolizados pelo/para o sujeito.

Concluindo: por um trabalho com a língua como lugar de memória

Considerando o que foi dito, um trabalho com a língua como lugar de memória torna-se complexo. Em primeiro lugar, há que se considerar uma ilusão, corrente, da possibilidade de reparação ao “dano” do apagamento da língua realizado historicamente. Esta ilusão vai ao lado do que J. Authier-Revuz chama de “mito compensatório” de um suposto encontro com o real na língua materna como se fosse a língua originária (*apud* Payer, 2006:105-107). De fato, a perda (separação) do real, inerente à entrada na linguagem, que atinge o sujeito (em qualquer língua) tende a ser negligenciada ao se tratar da língua materna em contextos multilingüísticos. A ilusão de que haja “real” preso à linguagem funciona de modo ainda mais insidioso se pensado em relação a uma língua suposta originária para o sujeito. Quando esta ilusão opera, em processos educacionais e em políticas lingüísticas, estes processos acabam se tornando ineficazes, uma vez que podem trabalhar sob o efeito de reposição de uma mítica identidade perdida, o que pode pouco ou nada (re)atualizar dos

processos de identificação reais do sujeito com a língua e com sua história, de que falamos acima.

Para explicitar este aspecto, reporto-me a situações de ensino de língua italiana a sujeitos descendentes de imigrantes. Tais projetos são contraditórios em áreas de imigração no Brasil, como o projeto de ensino de italiano desenvolvido em uma escola pública de Nova Trento, em Santa Catarina (Laurindo, 2008). Mesmo sendo projetos bem intencionados na direção de trabalhar as identificações do sujeito, não se pode esquecer que, em situações como esta, a língua italiana para o sujeito escolar é estrangeira, dada a sua materialidade, diversa daquela da língua materna resultante dos dois sistemas lingüísticos - ainda que se possa questionar o quanto estrangeira a língua italiana é nesta situação. O modo de mobilização de sentidos e formas de seu conhecimento formal se assemelha àqueles propostos pelo ensino de qualquer outra língua estrangeira.

Procurando contornar este mito, consideramos a possibilidade de trabalhar a memória histórico-discursiva, ela mesma, tal como a envolve a língua, de um lado. E, de outro, os processos de identificação do sujeito relativamente às materialidades em questão. Vislumbramos um trabalho que ultrapasse a memória representada, de modo a mobilizar as identificações no nível da memória constitutiva, instância onde opera mais firmemente a relação do sujeito com os traços de memória instaurados ao longo da história de sua inscrição no modo de vida e de significação brasileiros - ainda que se possa identificar aí um modo “imigrante” de ser brasileiro.

Para nós, os objetivos e os dispositivos de um trabalho dessa natureza com a memória não coincidem, tampouco, com a “produção cultural da memória”, de fins promocionais, para o mercado ou a ciência. Mais significativo, ao nosso ver, do ponto de vista de um trabalho eminentemente simbólico, é que sujeito e sociedade possam *formular* discursivamente, reconhecendo, e tendo reconhecidas, as memórias que os constituem historicamente: relacioná-las, compará-las a interpretações possíveis e versões disponíveis; reorganizar, esquecer, desfazer-se de saberes, (re)atualizar outros.

Um trabalho teoricamente sustentado com a memória discursiva presente na língua, em âmbito social e pessoal, pode levar a memória representada a se expandir, na elaboração de sentidos, em que a colocação em palavra daquilo que é constitutivo, passa a ganhar terreno sobre a memória constitutiva, quando esta se encontra opacificada e não reconhecida institucionalmente, no que diz respeito à língua. Ao nosso ver, compreender os traços dessa identificação na relação com a língua resulta em mexidas significativas nos processos de identificação em relação às línguas.

Em uma sociedade como a nossa, em que houve silenciamento, e onde há também barulho excessivo, estes processos de identificação não são de todo percebidos, explícitos ou compreendidos pelos sujeitos que deles participam. São processos que funcionam insidiosamente, muitas vezes à sua revelia, sob o modo do esquecimento ou persistência remota das materialidades, como memória. É pelo silenciamento também, observa E. Orlandi (1999) que os

processos de identificação se instalam. Embora se encontrem certos elementos de representação do fato de ter havido (ou haver) mais de uma língua, bem como certo (re)conhecimento da história da imigração, o fato de ter havido também silenciamento na relação dos sujeitos com sua língua materna instala processos de sentidos opacos, polissêmicos, uma vez que, além de uma política de línguas que jogou com o silêncio, houve também o desdobrar desse silêncio: um silêncio sobre o silenciamento.

Não se sabe ao certo tudo o que se passa no subterrâneo da memória da relação com as línguas, maternas, nacionais, estrangeiras, e suas materialidades. Relações de aceitação, recusa, ironia, desdém, elogio, indiferença instalam-se nesse jogo. No entanto, basta começar a escavar para que, já nas camadas mais superficiais dessa arqueologia da língua, nos deparemos com a vastidão e o valor do material simbólico que foi - e continua sendo - soterrado no estabelecimento da língua e da racionalidade homogeneizantes própria ao Estado Moderno, ao tornar regrada e objetiva nossa relação com a língua, com os sentidos, conosco mesmos. Nesta direção, é interessante darmos passos adiante da fina camada de língua nacional que recobre os recônditos do imenso material subterrâneo onde se encontram armazenados de modo quase indelével, mas muito sensível, os elementos de memória da/na língua.

Notas

(*) Doutora em Lingüística pela Unicamp, Professora Titular da Univás (MG). Professora convidada da USP e pesquisadora associada do Labeurb/Unicamp.

¹ Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada no V Seminário *Memória, Ciência e Arte. Razão e Sensibilidade na Produção do Conhecimento*, do Centro de Memória e Faculdade de Educação, Unicamp, 2007.

Referências bibliográficas

Courtine, J. -J. 1981/ 1999. "O Chapéu de Clémantis". Trad. Bras. In: *Os múltiplos territórios da Análise de Discurso*. F. Indursky e M. C. Leandro Ferreira (orgs). Porto Alegre: Ed. Sagra Luzzatto.

Foucault, M. 1995. "O Sujeito e o Poder". In: *Michel Foucault, uma trajetória filosófica*. P. Rabinow e H. Dreifus (orgs.). Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. 1987. *A arqueologia do saber*. Trad. L. F. Baeta Neves. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense universitária.

Freud, S. 1919/1969. "O Estranho". In: *Obras completas*. São Paulo: Ed. Imago.

Laurindo, R.A.F. 2008. *A Língua Portuguesa no Processo de Ensino Aprendizagem para Descendentes de Italianos na Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina: uma Análise Discursiva*. Dissertação, Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem, Unisul.

- Le Goff, J. 1994. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão et. al. 3ª. Ed. Campinas: Ed. da Unicamp.
- Maldidier, D. 2003. *A inquietação do discurso*. Trad. E. P. Orlandi. Campinas: Ed. Pontes.
- Orlandi, E. 1992. *As formas do silêncio. No movimento dos sentidos*. Campinas: Ed. da Unicamp.
- Orlandi, E. 1999. *Análise de Discurso. Princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes.
- Orlandi, E. (org.). 2001. *História das idéias lingüísticas*. Campinas: Ed. Pontes; Cáceres, Unemat.
- Orlandi, E. 1996. *Interpretação. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Ed. Vozes.
- Orlandi, E. 1999. “Maio de 1968: nos Limites dos Sentidos”. In: *Utopia e Distopia*. A. Scherer (org). Santa Maira, RS: Editora Univ. Santa Maria.
- Orlandi, E. 2001. *Língua e conhecimento lingüístico*. São Paulo: Cortez.
- Payer, M. O. 2009 (no prelo). Imigrante, Sujeito Moderno. Processos de Objetivação do Sujeito e da Língua na Modernidade. In: Zoppi-Fontana (org.). *Línguas for Sport*. Campinas.
- Payer, M. 2008. “O trabalho de memória no discurso”. *Anais do II Encontro de Estudos da Linguagem do Mestrado em Lingüística da Univas*.
- Payer, M. 2007. “Processos de Identificação Sujeito/língua. Ensino, Língua Nacional e Língua Materna”. In: *Política Lingüística na América Latina*. E. Orlandi (org.) Campinas: Pontes.
- Payer, M. 2006. *Memória da Língua. Imigração e nacionalidade*. São Paulo: Ed. Escuta.
- Payer, M. 2005. “Discurso, Memória e Oralidade”. *Revista Horizontes*. USF. São Paulo.
- Pêcheux, M. 1984/1999. «Papel da Memória”. In: *O papel da memória*. P. Achard et. al. Campinas: Ed. Pontes.
- Pêcheux, M. 1969/1999. “Análise Automática do Discurso”. In: *Por uma Análise Automática do Discurso*. F. Gadet e T. Hak (orgs.). Campinas: Ed. da Unicamp.
- Pêcheux, M. 1975/1990. “Análise Automática do Discurso. Atualização e Perspectivas”. In: *Por uma Análise Automática do Discurso*. F. Gadet e T. Hak (orgs.). Campinas: Ed. da Unicamp.
- Revuz, C. 1988. “A Língua Estrangeira, entre o Desejo de um Outro Lugar e o Risco do Exílio”. In: *Linguagem e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*.
- Inês Signorini (org.). Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP.
- Serrani, S. 1997. “Formações Discursivas e Processos Identificatórios na Aquisição de Línguas”. *Revista D.E.L.T.A.*. São Paulo. v. 13, no. 1.